

## ***“Intelligere”*: reflexões sobre as conexões do indivíduo, o alimento e o desenvolvimento**

**“Intelligere”**: reflections on individual connections, food and development

**“Intelligere”**: reflexiones sobre conexiones individuales, alimentación y desarrollo

Recebido: 09/10/2022 | Revisado: 16/10/2022 | Aceitado: 17/10/2022 | Publicado: 22/10/2022

**Juçara Elza Hennerich**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0237-4095>  
Centro de Ensino Superior Riograndense, Brasil  
E-mail: [jucaraeh@gmail.com](mailto:jucaraeh@gmail.com)

**Clério Plein**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7235-9771>  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil  
E-mail: [clerioplein@gmail.com](mailto:clerioplein@gmail.com)

**Luciana Oliveira Fariña**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5466-4887>  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil  
E-mail: [luciana.farina@unioeste.br](mailto:luciana.farina@unioeste.br)

### **Resumo**

O presente estudo trata da “intelligere” (do latim, Inter = entre, Legere = escolher) nas relações alimentares e sua importância na determinação de um futuro possível. O presente artigo fará uma construção histórica do alimento e de suas relações no desenvolvimento das sociedades, irá correlacionar esta construção com as formas e teorias de desenvolvimento. Versará sobre as bases de produção dos alimentos, em especial da agricultura familiar, com visão transversalizada para as especificidades latino-americanas estabelecendo uma relação da visão e construção da centralidade, interfaces, reflexões, sobre alimentar-se e alimentar um futuro possível. As reflexões apresentadas objetivam a proposição de um percurso de construção do próprio conceito do alimento. Propõe que esta construção tenha como uma linha central a “intelligere” e constrói sua linha teórica para o entendimento do porquê e como a sociedade está se deslocando e transformando “entre escolhas”. Coloca a temática alimentar no centro dos processos de desenvolvimento, remetendo aos indivíduos, suas relações e construções pessoais, sociais, institucionais, a oportunidade de configurar os cenários futuros da vida dos ecossistemas, com suas liberdades substantivas e responsabilidades coletivas.

**Palavras-chave:** Escolhas; Agricultura familiar; Mercado; Capital; Ecossistemas.

### **Abstract**

The present study deals with the “intelligere” (from the Latin, Inter = between, Legere = to choose) in food relationships and its importance in determining a possible future. This article will make a historical construction of food and its relationships in the development of societies, will correlate this construction with the forms and theories of development. It will deal with the bases of food production, especially family farming, with a transversal vision for Latin American specificities, establishing a relationship of vision and construction of centrality, interfaces, reflections, about eating and feeding a possible future. The reflections presented aim at proposing a course of construction of the very concept of food. It proposes that this construction has the “intelligere” as a central line and builds its theoretical line to understand why and how society is shifting and transforming “between choices”. It places the food theme at the center of development processes, referring to individuals, their relationships and personal, social, institutional constructions, the opportunity to configure the future scenarios of the life of ecosystems, with their substantive freedoms and collective responsibilities.

**Keywords:** Choices; Family farming; Marketplace; Capital; Ecosystems.

### **Resumen**

El presente estudio trata sobre el “intelligere” (del latín, Inter = entre, Legere = elegir) en las relaciones alimentarias y su importancia en la determinación de un futuro posible. Este artículo hará una construcción histórica de los alimentos y sus relaciones en el desarrollo de las sociedades, correlacionará esta construcción con las formas y teorías del desarrollo. Abordará las bases de la producción de alimentos, en especial de la agricultura familiar, con una visión transversal a las especificidades latinoamericanas, estableciendo una relación de visión y construcción de centralidad, interfaces, reflexiones, sobre el comer y alimentar un futuro posible. Las reflexiones presentadas pretenden proponer un recorrido de construcción del concepto mismo de alimento. Propone que esta construcción tiene como línea central el “intelligere” y construye su línea teórica para comprender por qué y cómo la sociedad se mueve y transforma “entre elecciones”. Sitúa el tema alimentario en el centro de los procesos de desarrollo, refiriéndose a los individuos, sus

relaciones y construcciones personales, sociales, institucionales, la oportunidad de configurar los escenarios futuros de la vida de los ecosistemas, con sus libertades sustantivas y responsabilidades colectivas.

**Palabras clave:** Elecciones; Agricultura familiar; Mercado; Capital; Ecosistemas.

## 1. Introdução

Na década de 1980, os movimentos sociais foram responsáveis pelos questionamentos ao modelo de produção de alimentos apreendido pela “revolução verde”. Entre as muitas questões que se seguiram e definiram suas ações, nos últimos anos, os movimentos sociais, agora destacando o civismo em suas formações e atuações, também são responsáveis pelas reflexões sobre os caminhos percorridos, ou não, desde então.

Responsáveis por muitas construções sociais essenciais à sociedade, esses movimentos, formais ou não formais, atualmente, permeiam, de forma correlata, as demais construções, proporcionando um futuro possível para a alimentação em um contexto de diferentes atores e fatores que envolvem a temática alimentar. Os cenários dos últimos anos tornam urgentes o pensamento, a ação e a construção de novos sistemas alimentares e colocam em “xeque” não somente instituições, mas indivíduos em seu poder de escolha e ação.

O presente estudo trata da “*intelligere*” (do latim, *Inter* = entre, *Legere* = escolher) (Silva, 2013) nas relações alimentares e sua importância na determinação de um futuro possível. A palavra inteligência, utilizada com frequência para denotar poder e estabelecer relações, raramente é usada em sua real significância, de maneira direta “entre escolhas”, aplicada aqui a formação e desenvolvimento dos sistemas alimentares.

Nessa linha de pensamento, é importante lembrar que as escolhas permeiam e determinam a vida dos seres como componentes de um ecossistema. Nas últimas décadas, porém, quando tanto se fala de liberdade, é difícil assumir que as liberdades individuais estão submersas em padrões capitalistas e coloniais de ação e reação, ou ainda, até de finalidade de vida e, mais complexo ainda, prospectar os efeitos delas na vida do próprio ecossistema.

Paul Collier (2020)<sup>1</sup> afirma que o sistema capitalista, ao qual se poderia atribuir tal situação, foi criado e mantido por 200 anos como um sistema criativo, de imaginação e colaborativo, capaz de descentralizar decisões em prol de realidades específicas. Porém, segundo o autor, foi a partir de 1980 que o sistema tornou-se reflexo de um “homem econômico”, “ganancioso, egoísta e preguiçoso”, premissa que tornou o mundo movido pelo mecanismo “chicote e cenoura” com incentivos monitorados e capacidades reguladas. O ser “ganancioso é bom” tornou-se um mantra da economia, e a criatividade, imaginação e cooperação foram transpostas pelo mito de que o sistema é “regido pela ganância”.

Em contraponto, Granovetter (1985) faz um paralelo entre o modelo “subsobresocializado” do *homo economicus* que enfatiza a racionalidade das escolhas dos indivíduos e o modelo “sobresocializado” do *homo sociologicus* que afirma que estes mesmos atores são limitados em suas escolhas. Niederle e Wesz Junior (2018, p. 17) complementam que eles “não têm escolhas para fazer, ou seja, são apenas guiados por disposições culturais definidas pelas estruturas institucionais”.

Nessa aparente dualidade, a temática alimentar impulsiona, centraliza, condiciona conflitos, reformas, fronteiras e conexões, destaca e questiona, analisa suas inter-relações e consequências e coloca o alimento no centro de processos de desenvolvimento predominantemente alicerçados na mercantilização.

Nessa perspectiva, Niederle e Wesz Junior (2018, p. 13) observam que “não é exagero afirmar que existe um entendimento generalizado de que a “questão alimentar” voltou a ser um dos principais dilemas das sociedades (pós) modernas”, nas entre linhas desta questão está a própria resistência das relações que envolvem o alimento que, entre debates, adequações e readequações formam mercados específicos ou, como os autores propõem, ordens sociais, correlatas, dualísticas e complementares:

---

<sup>1</sup>Paul Collier in “New geographies and possible futures” (<https://terramadresalonedeltgusto.com/en/>) palestra proferida em 17 de outubro de 2020.

Os mercados alimentares são ainda mais desafiadores. Alguns estudiosos os classificam como “mercados especiais”, na medida em que abarcam um tipo de lógica cercada por valores, crenças e simbologias que, segundo eles, jamais permitiriam reduzir o alimento a uma mercadoria (Niederle; Wesz Junior, 2018, p.11).

A reflexão dos autores nos remete a Karl Polanyi, em sua alusão às “mercadorias fictícias”, considerando que estas não são mercadorias comuns, já que não foram processados pelo “moinho satânico” do capitalismo (Niederle; Wesz Junior, 2018). Por mais tensão que possa ter sido suportada pela controvérsia entre a teoria da modernização e da mercantilização, em suas diferentes nomenclaturas e estágios de desenvolvimento, em cada uma é possível observar um espaço para as especificidades do alimento, espaços de manobra, criação e construção, de ações dos diferentes atores, e de realidades específicas que os envolvem, sejam produtivas, culturais, sociais ou de consumo, sempre no entorno da questão alimentar.

Com intuito de aprofundar a discussão, o estudo é composto por quatro momentos distintos e complementares. O primeiro fará uma construção histórica do alimento e de suas relações no desenvolvimento das sociedades. O segundo correlacionará esta construção com as formas e teorias de desenvolvimento. Tecendo este painel, o estudo versará, em terceiro ponto, sobre as bases de produção dos alimentos, em especial da agricultura familiar, com visão transversalizada para as especificidades latino-americanas. Em quarto e último ponto, fará uma relação da visão e construção da centralidade, interfaces, reflexões, sobre alimentar-se e alimentar um futuro possível.

A problemática do estudo aqui construído é centralizada na interferência da temática alimentar nos processos de desenvolvimento e na construção das sociedades, discutindo como esta relação pode ser definitiva na configuração de cenários de futuros. As reflexões apresentadas objetivam a proposição de um percurso de construção do próprio conceito do alimento. Propõe que esta construção tenha como uma linha central a “intelligere” e constrói sua linha teórica para o entendimento do porquê e como a sociedade está se deslocando e transformando “entre escolhas”.

## 2. Metodologia

Este estudo, metodologicamente, foi elaborado como pesquisa bibliográfica composta por ampla revisão, narrativa de publicações científicas nos eixos alimento e desenvolvimento. Trata-se de um estudo teórico, reflexivo desenvolvido junto ao programa de doutorado em desenvolvimento rural sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em sua linha de pesquisa: Inovações Sócio tecnológicas e Ação Extensionista como parte integrante da tese: “O caminho do caracol: o *Slow Food* da realidade à construção da filosofia”.

Segundo Alves *et al.* (2022), neste formato de revisão, utiliza-se artigos selecionados pelo autor com objetivo de descrever e discutir o estado da arte do tema em questão, permitindo ampla discussão do mesmo. Para Rother (2007) as revisões narrativas são especialmente importantes no incremento ao debate de temas específicos, ampliando os horizontes e análise, atualizando informações e apontando nossas perspectivas para a compreensão de temáticas relevantes.

O estudo qualitativo, explana e debate as teorias de desenvolvimento, suas interrelações com a temática alimentar e finalmente as proposições resultantes para o pensamento e atitude do individual ao coletivo como implicações na construção social.

## 3. O Desenvolvimento como Objetivo ou Consequência? Aspectos Determinantes ao Indivíduo e suas Relações

A aplicação da palavra desenvolvimento está amplamente enraizada no sistema capitalista, engendrando, em sua base de concepção, a ideia de acumulação e da maximização do autointeresse (crescimento individual). Dentro dessa lógica

desenvolvimentista, outro aspecto importante e implícito é a mercantilização, instrumento de autossubordinação das nações ao neoliberalismo<sup>2</sup> (Schneider; Escher, 2011; Sen, 1988; Mcmichael, 2016).

Valência (2019, p. 26), inspirado nas obras de Ruy Mauro Marini, acentua que a teorização em torno do “desenvolvimento” é concentrada no ambiente de pós-Segunda Guerra Mundial, “sob a incontestável supremacia econômica, política e militar dos Estados Unidos” e sob sua intenção de domínio sobre os países e estados, em processo de descolonização.

Segundo o autor, os então “novos” países foram caracterizados como subdesenvolvidos, termo considerado por ele como uma proposta de domínio, seja pelo distanciamento comparativo, denotando supremacia, seja pela referência, nas entre linhas, de um estado chamado pelo autor de “antessala”, em que o título de “desenvolvido” passa a ser um objetivo a ser conquistado, espelhando políticas e estreitando relações de dependência.

Polanyi (1976, 2000) sintetiza e expõe a estreita visão de desenvolvimento concentrado na economia como uma falácia economicista que justapõe: desenvolvimento, economia e mercado, permeando-os pela balança de oferta e demanda. Segundo Schneider e Escher (2011, p. 188), o referido autor esclarece a equivocada construção deste pensamento economicista, na medida em que o compreende como “um processo dinâmico e histórico e não uma sucessão de situações de equilíbrio agrupadas por meio de estatística comparativa”.

Nesse sentido, diversas teorias ao longo das décadas tentam explicar o desenvolvimento, conceituar, fornecer argumentos para sua representação, leitura ou construção. Nesse percurso, os parágrafos abaixo fazem um apanhado abreviado de algumas destas concepções no intuito de entender o desenvolvimento nos tempos atuais.

Segundo Valência (2019, p. 28), os conceitos de desenvolvimento foram evoluindo e passaram a considerar os próprios questionamentos aos modelos produzidos, além de gradual adequação à história política, econômica e social dos diferentes países, em específico da América Latina. Nesse viés, o autor pontua que uma das reflexões definitivas que sucede o sistema imperialista no período pós-colonial e que pode ser vista como um determinante para a discussão, construção do desenvolvimento, teve um passo importante na constituição da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), que embora reverberasse a dependência com uma concepção “etapista linear” teve papel importante para um primeiro olhar mais específico para a realidade territorial interna:

Mais adiante os autores cepalinos, bem como os teóricos da modernização, obtém grande influência na explicação – parcial – da natureza do desenvolvimento. Recorrendo a ideia evolucionista da modernização: o trânsito de uma sociedade tradicional a outra desenvolvida, ou a passagem do desenvolvimento para fora ao desenvolvimento para dentro (Valência, 2019, p. 28).

A construção epistêmica, na sequência, chegou ao chamado “multiculturalismo” enquanto “ideologia do capitalismo global” que, entre outros “avanços”, passou a considerar, em suas análises, o período imperialista na América Latina. Essa adaptação inspirou a teoria “pós-colonial” de grandes pensadores latinos entre os quais “Walter Mignolo, Ileana Rodriguez, Santiago Castro-Gómez” e “Edward Said” (Valência, 2019, p. 41).

Atualmente, as duas correntes mais importantes construídas na superação das limitações das anteriores e pelo próprio curso da história e da intelectualidade são a análise do sistema-mundo e a TMD (Teoria Marxista da Dependência), complementares, similares em alguns pontos, mas independentes em suas análises e instrumentos considerados (Valência, 2019).

---

<sup>2</sup>Neoliberalismo: “compreende uma concepção de homem (considerado possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada com um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção rasteira de liberdade (vista como função de liberdade de mercado)” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 238).

Para Filgueiras (2018, p. 519), a Teoria Marxista da Dependência (TMD), “desde sua gênese na Europa, já trazia, em si, uma tendência expansiva de incorporação e subordinação de todas as regiões do planeta à sua lógica”. Segundo o autor:

Com essa perspectiva, a TMD identifica características específicas na forma como o capitalismo se desenvolveu nos países subordinados, dando origem ao capitalismo dependente, cuja reprodução está subsumida pela reprodução do capital nos países imperialistas. Portanto, ela advoga a existência de um capitalismo particular que, a despeito de ser regido pelas leis gerais de movimento do capital, apresenta leis específicas que redefinem a forma como as primeiras se realizam nas economias dependentes, condicionando o processo de reprodução do capital nelas existente (Filgueiras, 2018, p. 520).

O mesmo autor aponta as limitações da TMD principalmente no que se refere à consideração das especificidades “da formação econômico-social”, reforçando que, embora “contribua para o entendimento de formações econômico-sociais concretas, seu nível de abstração não permite perceber diferenças importantes existentes entre elas – em especial as latino-americanas” (Filgueiras, 2018, p. 520).

Já a teoria do “sistema-mundo capitalista”, que entre seus precursores tem Immanuel Wallerstein, proporcionou uma reconstrução histórica do capitalismo e trouxe a luz da análise e debate, três divisões principais de local dos Estados no “sistema-mundo capitalista”: (i) Estados de centro, (ii) as áreas periféricas e (iii) as áreas da semiperiferia (Wallerstein, 1998).

Analisando a obra de Immanuel Wallerstein, Acco (2018) referência parte de seu arcabouço teórico que, embora a intenção aqui não seja aprofundar estas teorias, se faz necessária dada a severa realidade espalmada:

Os Estados nacionais dos novos territórios incorporados como o brasileiro, assevera Wallerstein, operam basicamente no sentido de facilitar tanto a *periferização* dos processos de produção na região, como garantir os fluxos de mais-valia dessas para as regiões centrais via sistema de trocas desiguais [...] mais, o fortalecimento dos aparatos estatais nas regiões centrais “*has as its direct counterpart the decline of the state-machineries in peripheral areas*”. Nesta geoeconomia com implicações políticas, os países *semiperiféricos* alcançam este *status* mais por razões políticas do que econômicas: formam, como as classes médias, um colchão de absorção dos conflitos entre a periferia e o centro, ao mesmo tempo em que rompem com a uniformidade das regiões periféricas, já que são tanto expropriados pelas regiões centrais como expropriadores de regiões mais periféricas. De acordo com Wallerstein, por volta de meados do século XVII as três posições estruturais (centro, periferia e semiperiferia) da economia-mundo já teriam se estabilizado, com poucas alterações desde então (Wallerstein, 2000; 1984: 86, citado por ACCO, 2018, p. 719).

O autor aponta como um ponto inicial de debate que a teoria “apresenta a firme perspectiva de lidar com as totalidades sistêmicas da realidade social” o que permite uma detalhada visão dos diferentes seguimentos que compõem seja atual, histórica, social ou economicamente esta realidade. Para além, argumenta que esta teia de verdades e realidades locais, forma partes a serem consideradas em “estreita conexão, e mesmo subordinação – lógica e histórica – à totalidade sistêmica” (Acco, 2018, p. 711).

Voltando a Valência (2019), e buscando uma possível intercessão entre a TMD e a teoria do sistema mundo, pode-se destacar a semelhança de descrição entre a semiperiferia e o subimperialismo, sendo em ambas simbolizadas pela posição do Brasil, no sistema-mundo ou na América Latina respectivamente.

Para Valência, “o capitalismo entra em um padrão de acumulação hegemônico pelo capital financeiro fictício”, considerado pelo autor uma nova etapa na dependência caracterizada como “financeiro-neoliberal”, matizado, no caso do Brasil, pelo “subimperialismo”:

O subimperialismo é um processo histórico profundo articulado simultaneamente ao ciclo econômico dependente do capital em seu estágio de monopolista e de capital financeiro, ao Estado e às contradições entre a lógica de expansão do país dependente e o imperialismo (Valência, 2019, p. 13).

Como Estado subimperialista, ou semiperiférico, o Brasil pode ser tomado como exemplo. Segundo Valência, o país segue a régua exata do capitalismo, mesmo nos períodos sob governo de esquerda, o que pode representar certo paradoxo sobre o qual é possível visualizar novamente uma conexão de elucidação entre a TMD e a teoria do sistema mundo. Segundo o autor, os governos Lula e Dilma “não romperam com o ciclo de dependência”, mas, ao contrário, trabalharam para fortalecer o Brasil na condição de “poder regional na América Latina”, ou seja, mesmo expropriado pelos países do centro, o Brasil assumiu o papel de expropriador dos países da periferia.

O entendimento do desenvolvimento ocupa obras de diversos pensadores e pode ser abordado de diferentes ângulos. Um deles, ao qual se atêm a discussão aqui, é aquele que não segrega o desenvolvimento, entendendo-o como uma espiral na qual o ambiental, o social, o econômico, o cultural e o humano são relacionados e interdependentes e juntos modelam o próprio conceito de desenvolvimento. Nessa concepção, simples e ao mesmo tempo complexa, o desenvolvimento deixa de ser unicamente um objetivo e se contorna em sua própria construção, como consequência de ações integradas, conjugadas em espaço tempo em acordo com a própria dimensão construída, porém, seja qual for a visão dedicada em estudos pontuais, estarão sempre ligadas ao sistema mundo capitalista, aos impérios centrais do poder entremeadas a diferentes formas e intensidades de dependência.

Mesmo pautando o desenvolvimento amparado de forma ampla nas teorias mais atuais, persistem visões como a de Adam Smith (1723-1790) de que o desenvolvimento ocorre sempre conjuntamente ao crescimento, considerando que mudanças estruturais estão intrínsecas ao processo de construção das sociedades, fundamentadas principalmente pelo viés econômico.

Como forma de refletir, um contraponto pode ser inserido, com a linha de raciocínio de Sen (1983, p. 14), que em sua obra sobre ética e economia, não nega a importante participação da economia na construção do desenvolvimento. No entanto, remonta à ideia da “engenharia” ao exemplificar que a “concepção de motivação e realização social relacionada à ética precisa encontrar um lugar de importância na economia moderna, mas ao mesmo tempo racionaliza que é impossível negar que a abordagem da engenharia também tem muito a oferecer à economia”. Reforçando que não se deve limitar a observação da realidade apenas por um viés, mas sim identificar as diversas possibilidades e articulações disponíveis dentro do sistema.

Avançando na discussão, Schneider e Escher (2011, p. 190) atribuem a Polanyi o apontamento de dois significados para a economia, o “formal”, que deriva da lógica e refere-se à escolha racional entre uso e a escassez que configuram a maximização, e o “substantivo” que deriva da dependência do ser humano em relação à natureza e a seus semelhantes, para conseguir seu sustento, que pode então, ser expandido nas concepções de desenvolvimento.

Nessa abordagem, deve-se considerar que a economia formal se construiu a partir de um contexto histórico entremeadado pela mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro, sobre o que Polanyi nos faz refletir, que “nenhum deles é produzido para a venda e sua descrição como mercadoria é inteiramente fictícia”. O autor acrescenta ainda a esta visão que os fatores mercantilizados não têm seu preço determinado pelo custo de produção, sendo uma mercadoria instituída por mecanismos como lei, ideologia, costume e mesmo violência e, por fim, que permeiam o contexto histórico, alcançando sentido dentro de um ambiente institucional e de relações sociais.

A obra de Sen, além das inúmeras contribuições à temática do desenvolvimento baseada nas liberdades, coloca em prospecção o que o autor compreende como uma visão socrática da vida, centrada na pergunta “como devemos viver?” ao que segue sua afirmação de que “a vida empenhada no ganho é uma vida imposta e evidentemente a riqueza não é o bem que buscamos”, pautando esta busca nas “liberdades”<sup>3</sup> (Sen, 1988, p. 1-13).

---

<sup>3</sup> Em sua obra *Desenvolvimento como liberdade*, Amartya Sen assegura que o crescimento econômico não pode ser considerado um fim em si mesmo. Ele tem que estar relacionado com a melhoria de vida dos indivíduos e com o fortalecimento das liberdades.

Aprofundando a postura de Sen, se a riqueza, o crescimento econômico não é o bem que se procura, como explicar uma vida dedicada, em tempo e espaço, à venda de mão de obra e ao consumo sem reflexão? Quais seriam os bens que se buscam e onde estão em escala de prioridade na vida de cada indivíduo? E ainda, quais as consequências dos seus atos na sociedade na qual estão inseridos?

Os elementos e ações que contornam as definições e determinações do setor econômico determinam uma sociedade de mercado na qual “em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão incrustadas no sistema econômico” (Polanyi, 2000, p. 77). Na interpretação de Schneider e Escher (2011, p. 197), a “desvinculação e autonomização da economia são, ao mesmo tempo, uma realidade sociológica e um projeto político orientado por interesses de atores, grupos e classes sociais específicas”, que dominam o poder e se articulam para minar alternativas avessas a esta lógica.

O contraponto à “sociedade como um acessório do sistema econômico” encontra “eco” nas teorias da economia substantiva de Polanyi e na teoria do desenvolvimento como liberdade de Sen. Ambas as teorias convergem para o entendimento de que o desenvolvimento não pode ser visto somente pela centralização na economia, mas que deve ser considerado multifacetado, dinâmico e capaz de obter reflexos para além dos aspectos econômicos, levando em consideração as características regionais, bem como as decisões de quem está inserido neste contexto.

Para Polanyi (2000, p. 94), a construção destes pensamentos e conseqüentemente das ações que dele se originam é natural à dinâmica social. O autor pontua que “não se pode somente levar em conta os mecanismos de mercado, submetendo o indivíduo e a natureza ao poder de compra, tal submissão levaria a sociedade a um colapso”.

Nesse ponto, é que sobressai a identificação do indivíduo como alternativa inerente às relações sociais e a conseqüente formação dos contramovimentos que, segundo Polanyi, constroem-se como uma forma de proteção da sociedade, da natureza e da própria organização produtiva, “sendo capazes de deslocar as “mercadorias” para fora da órbita dos mecanismos de mercado” (Bruga, 2007, p. 3).

Nesse viés, podemos observar o processo de formação de redes sociais como um resultado desta série de questionamentos que podem encontrar refúgio nas teorias de Polanyi, considerando que uma sociedade regulada pelo mercado está direcionada à impessoalidade das relações enfraquecendo a reciprocidade e a retribuição. No entanto, Polanyi também salienta a possibilidade de coexistência desta concepção com formas econômicas de comportamento que, juntas, fundamentam sua tese de que a sociedade pode manter-se no direito de regular o mercado e não o contrário (Schneider; Escher, 2011).

Entendendo que duas posições são possíveis ao indivíduo no processo de desenvolvimento, aquela do que embasa as ações e regula os processos e aquela que está no “cerne” do capitalismo, na qual o indivíduo é regulado pela mercantilização, temos um componente comum e óbvio aos dois formatos, o próprio indivíduo e sua busca pela sobrevivência dentro de um ecossistema global, construindo o desenvolvimento com base em suas próprias contradições.

Em um recorte para a América Latina, nesta construção temporal de desenvolvimento e alimento, Dussel afirma que a América foi a primeira periferia do sistema-mundo e também a primeira oportunidade de acumulação primitiva do capital (Castro-Gomez, 2005). Nesse contexto, continuou “sendo “inventada” pelo mercantilismo, modificada pelo colonialismo, transformada pelo imperialismo e transfigurada pelo globalismo” (Castro, 2016, p. 76).

Nesse viés, Ianni (2000, p. 03) resume em poucas palavras:

Nunca adquire sua plena fisionomia, seja como um todo, seja em suas nações. Está contínua e reiteradamente determinada pelas configurações e os movimentos internacionais, transnacionais ou mundiais. Tanto é assim que vários dos seus países têm nomes de mercadorias; todos fundados como províncias do mercantilismo e entrando no século 21 como províncias do globalismo (Ianni, 2000, p. 03).

Nesse cenário, retorna-se ao centro da resistência e transformação desta realidade pelos movimentos sociais. Um exemplo de ações coletivas que levam em consideração os anseios dos indivíduos e suas dicotomias construtivas pode ser observado na fala de Linera (2019), quando, ao dissertar sobre o caminho percorrido pela Bolívia na busca de um estado “integral” com perspectivas socialistas e comunitárias, o autor nomina cinco diferentes fases para a efetivação desse processo, sendo que a última fase pressupõe a emergência das contradições criativas:

Nas contradições e tensões se revelam os problemas que afligem uma coletividade, e também é nelas que se tornam visíveis as diferentes soluções propostas para os problemas; e nos próprios conflitos, manifestados por estas contradições, a sociedade articula projetos, alianças e meios para solucioná-los de maneira parcial ou total. Tensões e contradições são, portanto, os mecanismos por meio dos quais conquistam-se as transformações e se impulsiona o avanço de uma sociedade como parte indissolúvel do curso democrático e revolucionário dos povos (Linera, 2019, p. 24).

O autor afirma ainda que o desenvolvimento pautado no capital é fraco perante uma sociedade mobilizada e indica a superação das contradições por meio de métodos democráticos de diálogo, articulação e unificação de critérios. Para Linera (2019), essas contradições são fundamentais para o processo de desenvolvimento, junto à importância de um Estado integral, efetivo e atuante que integre a população nas decisões coletivas.

Dentro dessa perspectiva, podemos visualizar uma nova forma de capitalismo possível, em que o desenvolvimento possa recompor, criar e “metamorfosar” a sociedade, uma mudança no sistema-mundo. Burawoy e Wright (2000, p. 35) já previam este tipo de contexto, por meio das “verdadeiras utopias” considerando que “por causa da qualidade contraditória da reprodução social no capitalismo, sob certas condições políticas, aspectos desses desenhos institucionais podem potencialmente coexistir parte de projetos pragmáticos de reforma social, mesmo dentro da sociedade capitalista”.

Entremeadado aos elementos aqui considerados, está o papel das instituições, sejam elas aquelas que se juntaram aos objetivos e ações da mercantilização, sejam elas aquelas que se formaram no viés dos contramovimentos.

Anterior ao aprofundamento específico nos contramovimentos, faz-se necessário explicitar onde se encontra o alimento dentro da perspectiva de desenvolvimento, conforme contextualizado a seguir.

#### **4. Alimento e os Sistemas Alimentares**

O objetivo desta seção é aprofundar a relação já feita por Schneider e Escher (2011) entre a produção do alimento, sua mercantilização e as relações desenvolvidas na construção dos processos sociais. Os autores em questão usam a obra de Polanyi para enfatizar a visão de que “a instituição de mercadorias fictícias desencadeou processos sociais e políticos que tentaram desagregar as formas orgânicas de existência” (Schneider; Escher, 2011, p. 199).

Em um esforço de contextualizar o alimento, conjugado com a história das sociedades, remete-se, como um ponto inicial para discussão, o uso da terra e da força de trabalho para dar estrutura ao sistema de capitalismo centrado na mercadoria. Nesse sentido, Lenin, em seu trabalho sobre desintegração do campesinato, já mostrou como este fenômeno se deu na Rússia no séc. XIX e como o fato de manutenção desta base proletária objetivava sustentar a própria estrutura a qual se buscava combater.

A terra e a força de trabalho estão na base desta discussão, como meios de produção do elemento de manutenção da sobrevivência humana – o alimento – que, ganha ainda mais força dada a urbanização forçada pela própria mercantilização da terra e da força do trabalho, aliada aos processos de industrialização.

Fato é que o alimento está no centro de um contexto de desenvolvimento histórico e atual, constatação que traz inúmeros aspectos dicotômicos que são transversalizados pelo sistema, entre os quais a polarização e/ou priorização do urbano frente ao rural, do global frente ao local, e todas as implicações na construção das relações sociais, econômicas e ambientais no

campo e nas cidades, que criam cenários dinâmicos e multidimensionais definitivos para o entendimento e construção do desenvolvimento na sua real totalidade.

Machado *et al.* (2016, p. 507) reforçam que o alimento como mercadoria foi validado de forma definitiva, a partir da Segunda Guerra Mundial, com as afirmativas de insuficiência de alimentos em diversas partes do mundo, e aumento da fome nos países mais pobres. Segundo os autores, estes dados foram corroborados por órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura e o Banco Mundial que enfatizavam que a baixa produtividade agrícola era a responsável pela fome e pobreza.

Segundo Polanyi (2000, p. 214), o processo de culpabilização produtiva, consolidou-se no decorrer de diferentes fatos históricos, desde o cercamento de áreas comuns pelos senhores feudais no século XVI na Inglaterra, até a Revolução Industrial propriamente dita, momentos que podem ser vistos como o auge figurativo do processo de mercantilização do alimento.

Friedmann e Mcmichael (1989) contribuíram para a necessária compreensão das estruturas do capitalismo agrário e, portanto, da produção alimentar, com a construção do conceito de Regimes Alimentares<sup>4</sup> que, entre contribuições e análises complementares, fornece uma base de concordância entre os pesquisadores da área, na identificação de “três grandes períodos históricos de estabilidade dos mecanismos de acumulação-regulação capitalista na agricultura” (Niederle; Wesz Junior, 2018, p.32).

Nesse caminho, Niederle e Wesz Junior (2018) utilizaram estudos de Schneider, Schubert e Escher (2016), Friedmann e Mcmichael (1989), Mcmichael (2016) e Friedman (2016), na construção da Tabela 1 que resume esses três grandes períodos, suas épocas e características.

---

<sup>4</sup> O projeto de Regime Alimentar é uma análise feita por catedráticos e ativistas da geografia política do sistema alimentar global [...] a análise de regime alimentar combinou o conceito de sistema-mundo de Immanuel Wallerstein (1974) com a acumulação de capital de Michel Aglietta (1979), situando a ascensão e o declínio das agriculturas domésticas no âmbito da história geopolítica do capitalismo (Mcmichael, P. Regimes Alimentares e questões agrárias. Trad. Sônia Midori São Paulo; Porto Alegre: Editoras Unesp; Editora UFGRS, 2016.).

**Tabela 1** – Principais características dos Regimes Alimentares.

	I Regime	II Regime	III Regime
	IMPERIAL COLONIAL (1870 – 1930)	MERCANTIL INDUSTRIAL (1940 – 1970)	NEOLIBERAL FINANCEIRO (1980 – )
Centro de Poder	Grã-Bretanha	Estados Unidos	Estados Unidos – China
Liderança	Estados colonizadores, associados à elite agrária.	Empresas agroindustriais associadas ao Estado	Setor financeiro e corporações transnacionais
Modo de Regulação	Impérios Coloniais	Estados Nacionais	Corporações desterritorializadas
Ideologias Dominantes	Liberalismo e Colonialismo	Nacional-Desenvolvimentismo	Neoliberalismo Global
Sistema monetário	Padrão-Ouro	Padrão-Dólar	Dólar Flexível
Paradigma Tecnológico	Tradicional	Industrial	Biotecnológico
Agricultura	<i>Plantation</i> de Exportação	Matérias-primas Industriais	Alimentação, Fibras, Energia

Fonte: Elaborado a partir de Schneider, Schubert e Escher (2016), Friedmann e McMichael (1989); McMichael (2016) e Friedman (2016), citado por Niederle; Wesz Junior, 2018, p.33.

Segundo os autores, o primeiro regime alimentar, construído no período Imperial-Colonial (1870-1930), foi caracterizado pelo fornecimento de matérias-primas em geral, grãos básicos, pecuária e outros (borracha, algodão, linho, açúcar, café), por parte das colônias, consideradas países periféricos que passaram a ser vistos como exportadores e responsáveis por abastecer, de maneira geral, as classes industriais emergentes da Europa. É importante constar que este modelo de exploração de novas fronteiras agrícolas (EUA, Canadá e Austrália) “moldou o desenvolvimento do séc. XX como uma dinâmica articulada entre setores agrícolas e industriais domésticos” (Mcmichael, 2016 p. 19).

O segundo regime alimentar, caracterizado pelo autor como mercantil-industrial (1950-1970), desenvolveu-se sobre a ideologia do nacional desenvolvimentismo, redirecionando seus fluxos de produção de alimentos, provenientes de políticas públicas subsidiadas, para seus estados pós-coloniais como estratégia de fortalecimento nacionalista dos EUA, pós-Guerra Fria, de lealdade anticomunista e mercados imperiais (Mcmichael, 2016).

Nesse período, sob a alegação da fome, constitui-se o período “desenvolvimentista”, que infere aos países “subdesenvolvidos” a chamada “modernização da agricultura”:

Neste período, a dinâmica tecnológica e a expansão dos mercados agrícolas foram institucionalmente induzidas através de políticas de intervenção do Estado, como investimentos na pesquisa aplicada, na assistência técnica e extensão rural, e no fornecimento seletivo de crédito subsidiado (Schneider; Escher, 2011, p. 203).

O processo de “modernização da agricultura” teve um importante aspecto de institucionalização, assim como previa Polanyi. Governos, organizações sócio-políticas e empresas privadas se unem por meio de uma teia envolta de interesses econômicos e conseqüentemente de acumulação de capital e poder.

Mcmichael (2016, p. 41-43) disserta sobre as forças condutoras das estruturas dos regimes alimentares, o que podemos balizar aqui, com a teoria de institucionalização de Polanyi. Para Mcmichael, o Estado assume, nesse período, um lugar de destaque em um processo duradouro de formação de relações globais de valor, baseado na integração da indústria mundial com a agricultura mundial, configurando preços e repercutindo de forma definitiva nas categorias de classe.

Ao que acrescentamos a constatação de Schneider e Escher (2011, p. 204-205):

Apesar dos quesitos de produção e produtividade, este modelo reproduziu desigualdades distributivas na propriedade e na renda, gerou êxodo rural, desemprego nos campos e nas cidades, marginalização urbana, exclusão social e econômica, e desarticulação regional dos processos de desenvolvimento econômico [...] o que veio a contribuir para a geração de uma verdadeira “falha metabólica” na relação sociedade-natureza jamais vista em tamanha proporção.

Esse cenário foi construído lenta e intensamente com um sistema autorregulado de mercados, sobre o que Polanyi (1978, p. 5) já afirmava “o medo da fome entre os trabalhadores e a atração pelo lucro entre os patrões manteriam o vasto sistema em funcionamento”. Podemos ponderar que o medo da fome permanece, mas permeado pela incrustrada necessidade de acumulação, ao que corrobora a afirmação do mesmo autor de que “uma tal conversão forçada para uma perspectiva utilitarista perverteu fatalmente a autocompreensão do homem ocidental”.

Essas características, somadas à criação de vínculos transnacionais do agronegócio formou a base para o terceiro regime alimentar, chamado por Niederle e Wesz Junior (2020) de Neoliberal-Financeiro, o qual Mcmichael (2016, p. 19-20) descreve como “regime alimentar corporativo” que é resultado dos anteriores e de aprofundados processos de formação de complexos transnacionais, que utilizam o alimento para o fortalecimento do poder, incorporando países como Brasil e China e integrando cadeias de suprimento diferenciadas a uma “revolução de supermercado” (Reardon *et al.*, 2003). Para Mcmichael, o regime alimentar corporativo foi favorável às grandes indústrias e aos interesses políticos de diferentes governos em escala global:

Subdividindo os alimentos em duas categorias – itens de qualidade e itens padronizados – para suprir dietas de classes bifurcadas [...] desapossando agricultores “ineficientes”, gerou grande contingente de desalojados vivendo em favelas e estimulou um movimento de protesto global de agricultores, pescadores, criadores de animais e trabalhadores sem terra [...] esses movimentos registram o agravamento da crise da agricultura industrial (Mcmichael, 2016, p. 19-20).

Contextualizando o autor, em contrapartida à desapropriação dos agricultores tidos como “ineficientes”, forma-se uma linha de resistência, que defende outra vertente de formação ideológica e prática sobre o alimento. Nessa abordagem, Schneider e Escher (2011) usam o conceito de contramovimentos, fundamentado por Polanyi em 1980, que sinaliza existir “um movimento de aprofundamento da sociabilidade capitalista e do intercâmbio mercantil na agricultura e no espaço rural” (Schneider; Escher, 2011, p. 208).

Os mesmos autores usam, na contextualização acima, como descrição da sociedade criada pela mercantilização, a concepção, também de Polanyi (2000, p. 10), referenciando o “moinho satânico que triturou os homens transformando-os em massa” que parece ser apropriada para perfilar este item, subjetivando a relação entre vida, entendida no alimento e no ser social e a sobrevivência, como configura o mesmo autor, “imbecilizada” pela herança de uma economia de mercado.

Em suma, para Mcmichael (2016), o ponto comum dos diferentes regimes alimentares tem sido a oferta de alimentos a baixo custo que, além da acumulação no sistema estatal, tem função de redução de encargos salariais, melhoria dos salários reais, pacificação de mão de obra, apropriação dos recursos alimentares, geração de dependência, custeio de dívida e subcotação de produtores. O autor conclui colocando o alimento como instrumento de domínio usado para o exercício de poder e para a aparente continuidade do trabalho do referido “moinho”.

Essas considerações versam novamente com as teorias da modernização e da mercantilização<sup>5</sup>, sua polarização, dualidade e conseqüente construção:

De modo geral, enquanto a primeira enaltecia o mercado, a segunda o demonizava. Ambas, no entanto, coincidiam em concebê-lo como uma estrutura pessoal, fictícia, [...] Desde então, as inúmeras “viradas” (cultural, pragmática,

---

<sup>5</sup> Teoria da Modernização, de cunho racional-utilitarista, e sua rival marxista, a Teoria da Mercantilização (Long *et al.*, 1986; Schneider, 1997).

praxiológica, ontológica, de-colonial) que renovaram as ciências humanas também contribuíram para produzir novas abordagens para a análise dos mercados, as quais gradativamente se afastaram das metanarrativas estruturais, para aproximar-se dos atores sociais (Niederle; Wesz Junior, 2018, p. 29).

Niederle e Wesz Junior (2018) ressaltam que, no decorrer da década de 1990, em especial nos países “ditos” em desenvolvimento, o sistema alimentar baseado em *commodities* sofreu uma desvalorização em decorrência da própria dependência de mercados econômicos e consequentes interesses globais. Nessa fase, alguns estudiosos fomentaram as discussões sobre a volatilidade dos mercados e a proposição de uma inversão ao padrão produtivista. Aparece, então, o destaque à diversificação de produtos, a diferenciação destes, respondendo à demanda de consumidores por alimentos orgânicos, artesanais, locais, éticos e étnicos (Rial, 2010; Niederle, 2017).

Nesse esforço, ganham espaço as alternativas locais, a territorialização, o orgânico, o agroecológico, as formas organizativas de produção e comercialização, temas que figuram nos debates tecnológicos, teóricos, sociais, ambientais e econômicos. Surgem ênfases e estudos sobre cadeias curtas, políticas públicas, relações e importância dos movimentos sociais e suas construções de base.

Na sequência histórica, mesmo o sistema de *commodities* recuperando sua dominância global, as reflexões sobre outra realidade de produção alimentar, outra forma de geração de renda, de economia e suas consequências, tanto na qualidade de vida quanto nos ecossistemas e sistemas socioeconômicos locais, persistem e se expandem incitando pesquisadores a analisar a reconfiguração do “regime alimentar internacional” e seus impactos na reorganização dos espaços rurais (Mcmichael, 2016).

Nos últimos anos, ambas as compreensões do sistema agroalimentar, localistas e globalistas, buscaram afastar-se do dualismo que opõe, de um lado, um regime coeso, unitário, atuando globalmente como um verdadeiro “Sistema-Mundo” ou um “Império”, e, de outro, várias alternativas localizadas, estilos diferenciados de agricultura que configurariam múltiplos e erráticos nichos que resistem a pressão do sistema (Niederle; Wesz Junior, 2018, p.38).

Essa construção impulsiona novamente a reflexão da afirmativa de Mcmichael (2016) sobre o papel do agricultor tido como ineficiente, como ele se articula para se manter vivo dentro do sistema alimentar corporativo e como o consumidor, em contrapartida, assume um papel fundamental para manter este tipo de agricultor até hoje vivo e ativo dentro da política mercadológica adotada em relação ao alimento.

Esse agricultor passou a ser a fonte que oferece “saúde, sustentabilidade, qualidade, tradição e procedência”, que substitui a comida de “nenhum lugar, cultivada por produtores desconhecidos, embalada e transportada através de longas distâncias por grandes corporações” (Niederle; Wesz Junior, 2018, p. 44) pela história, cultura, sabor local, proporcionados e indicativos de “um jeito diferente de produzir, distribuir, escolher, valorizar e consumir” (Schmitt, 2011, p. 4) que determinou um resgate do conceito de alimento.

Com base nas considerações expostas, a tendência é considerar um formato de desenvolvimento centralizado no alimento, resiliente, dinâmico, com características básicas do indivíduo, sua identidade, suas relações e aspirações, suas ações e construções sociais, que nasce no local, porém considera o global, sem perder os valores orgânicos que o constituem na base e que, portanto, podem coexistir em objetivo e consequência, em uma construção constante. Ao término, emerge a conclusão da construção interdependente de sistemas e o apontamento de um proeminente quarto sistema alimentar, a ser entendido e fundamentado teoricamente, mas que entre as considerações já expostas, aponta para o respeito às liberdades da produção ao consumo, permeado pelas responsabilidades coletivas.

## 5. A agricultura Familiar: do “Pequeno Produtor” ao Fundamento do Alimento

A categoria intitulada “agricultor familiar” no Brasil, segundo a Lei nº 11.326 de 2006, compreende os indivíduos que praticam atividades no meio rural em até quatro módulos fiscais de área, que utilizam mão de obra prioritariamente da família e que têm um percentual predominante de renda originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento rural (Brasil, 2006).

Além dos aspectos da legislação, como ponto de partida, o agricultor familiar considerado aqui é aquele que, em meio aos processos de crescimento econômico e desenvolvimento do capitalismo, vê-se, até certo ponto, encurralado pelo capital, mas que, como saída, busca, com o apoio dos familiares e das relações interpessoais da comunidade, continuar a existir e a se manter por meio de técnicas e processos alternativos a produção de alimentos, sejam eles diferenciados ou aqueles considerados commodities<sup>6</sup>.

Como já construído nas seções anteriores, falar sobre o desenvolvimento e alimento não pressupõe algo estático. Nesse sentido, “no período recente, novos atores sociais emergiram e identidades foram construídas, assim como se ampliaram e se diversificaram os instrumentos de ação pública refletindo a periódica renovação das compreensões sobre o meio rural” (Maluf, 2015, p. 09). Fato que se distancia, ao menos na totalidade, do que previa anteriormente Karl Marx, citado por Abramoway (1992). Segundo ele:

O artesão ou o camponês que produzia com seus próprios meios de produção ou seria transformado gradualmente num pequeno capitalista que também explora o trabalho alheio ou sofreria a perda de seus meios de produção se transformando em trabalhador assalariado (Abramoway, 1992, p. 73).

Somente após a junção de seus pensamentos com os defendidos por populistas russos, foi que Marx desenvolve uma questão fundamental para entender o processo de desenvolvimento da agricultura familiar, “as particularidades históricas”, momento em que ele identifica que a experiência vivida na Inglaterra não necessariamente seria replicada em outras localidades (Plein, 2016).

Kaustky (1986), com uma visão pessimista, sinalizava que quanto mais a agricultura se aproximasse das práticas capitalistas, mais nítido seria identificar uma diferença entre os agricultores capitalistas e os “agricultores pequenos”.

No entanto, o que pensadores como Marx, Lênin e Kaustky não dominavam e conseqüentemente não previam era a versatilidade e a capacidade de renovação destes “agricultores pequenos” que, ao invés de serem aniquilados, mantiveram-se como estrutura social e representam uma grande parte da população dos países compondo de forma significativa o setor de produção de alimentos.

Finalmente as construções epistêmicas propõem que o “pequeno”, entendido aqui como aquele que reproduz um status comparativo que indiretamente remete a menos capaz, de menor importância e o “produtor” no entendimento também, aqui, que remete a um adjetivo funcional envolto em um contexto que pode ser visto até como mecanicista e sistemático encaixado nas descrições de mão de obra de um sistema industrializado, sejam substituídos pelo termo “agricultor familiar”, produtor sim, mas de alimento, reproduzidor, sim, porém, de uma base fundamental para as estruturas sociais do rural e também do urbano.

Nesse momento, identifica-se a formação de atores sociais que se metamorfoseiam numa miscigenação com característica de proprietário fundiário, de empresário privado e de trabalhador (Jean, 1994), que está além das definições unicistas, fruto de uma resistência permeada pelos obstáculos próprios do capitalismo e pela produção simples de mercadoria (Schneider, 2003).

---

<sup>6</sup> Produtos que funcionam como matéria-prima, produzidos em escala e que podem ser estocados sem perda de qualidade.

Uma característica prática, que em certo ângulo mantém este distanciamento e nutre esta metamorfose, promovendo adaptações e construções é a particularidade de que, para o capital, a produção de “mercadorias” com uma durabilidade limitada, a exemplo de hortaliças e frutas, que em muitos casos protagonizam a renda da agricultura familiar, não é algo rendoso.

De acordo com os autores neomarxistas, o que explica a permanência da agricultura familiar no capitalismo são os obstáculos naturais e a forma de organização do trabalho e da produção. Ao contrário das teses clássicas do marxismo, a agricultura familiar seria uma forma interessante para a acumulação de capital, uma vez que: a) o capitalismo só se sustenta pela acumulação de capital; b) a agricultura familiar não visa à taxa de lucro, mas a remuneração da mão de obra familiar, conseguindo, portanto, produzir alimentos mais baratos; c) o preço do alimento é fator essencial para o capitalista, do ponto de vista da reprodução da força de trabalho (Plein, 2016, p. 61).

A agricultura familiar diferenciou a estrutura fundiária do Brasil, em que o eminente domínio do capital não impediu “que se constituíssem, nos interstícios internos e externos dos latifúndios, espaços que escapavam da ocupação pelos senhores da terra e que eram, sob formas distintas, usados produtivamente por pequenos agricultores camponeses” (Wanderley, 2015, p. 27).

Nesses espaços alternativos, os camponeses desenvolviam uma agricultura de base familiar e comunitária que presava a autonomia “expressa pela capacidade de prover a subsistência do grupo familiar em dois níveis complementares: a subsistência imediata, isto é, o atendimento às necessidades do grupo doméstico, e a reprodução da família pelas gerações subsequentes” (Wanderley, 1996, p. 3), sobre o que o autor contextualiza:

Com efeito, um dos eixos centrais da associação camponesa entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a esta, as condições de sua sobrevivência. (Wanderley, 1996, p. 04)

O que influencia na forma como o camponês age econômica e socialmente, pois ele não se identifica simplesmente com uma agricultura de subsistência, ele projeta um futuro para suas próximas gerações, idealizando um amanhã com mais igualdade, principalmente no que compete a divisão de terras, objetivando o fortalecimento familiar que lhe assegure, mesmo que em pequena escala, a autonomia na produção, o que não ocorre nos grandes latifúndios. Mas, para além desta autonomia adquirida no pequeno espaço em que o camponês reside, ele é dotado de senso crítico em relação a esta disparidade na divisão da terra no país, o que o torna um ator fundamental no conflito contra a territorialidade capitalista (Felicio, 2006).

Nessa pluralidade, a agricultura familiar é definida, ao que se deve ressaltar pelas características regionais e locais, da história, dos ecossistemas, das construções, que a tornam ainda mais diversa, resiliente e definitiva. Na tentativa de proporcionar uma definição que alcance estas múltiplas faces, a agricultura familiar é entendida:

Como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente (Wanderley, 1996, p. 02).

Ou ainda, em complemento, de acordo com Schneider e Escher (2014, p. 40):

O que identifica o camponês com o agricultor familiar é esse trabalho, produção e a família forma um grupo que atua de forma unificada e sistêmica, cultivando organismos vivos e realizando processos biológicos através dos quais criam condições materiais para garantir sua reprodução como grupo social. Isso significa que organização social e econômica, o processo de trabalho e produção, relações com mercados e as formas de transmissão de patrimônio e

acesso à terra por herança, são fortemente influenciados por consanguinidade e parentesco e relações tributárias tanto a forma como as famílias gerenciam seus recursos e valores culturais e simbólicos que definem sua identidade.

É a presença destas características que nos autoriza a considerá-los, na atualidade, para além das particularidades de cada situação e da conexão (ou superposição) das múltiplas referências identitárias, assumir que os conceitos de campesinato e agricultura familiar podem ser compreendidos como equivalentes (Wanderley, 2015).

Dentro dessa perspectiva, Plein (2016) sinaliza que é necessário, devido a resistência do camponês/agricultor familiar, buscar sistemas alternativos dentro do próprio capitalismo, como o enfoque nos mercados específicos, que venham a atender os seus interesses, tendo em vista que eles participam ativamente das relações mercantis ineridas no sistema.

Diante da relevância da agricultura familiar, é fundamental o papel dos programas governamentais destinados a essa categoria, em específico aqueles de impacto na geração de renda e qualidade de vida dos agricultores e no aperfeiçoamento de práticas de agricultura que preconizam a preservação dos recursos naturais e a produção de alimentos saudáveis, alcançando a real definição de política pública, dada a importância da mesma para a segurança alimentar dos países, em especial os latino-americanos.

Em consonância com estas estratégias governamentais, e muitas vezes fruto desse reconhecimento, inicia-se, por parte do consumidor, a busca por alimentos saudáveis. Segundo Portilho (2009), Stassart (2010) e Neiderle (2014), as mudanças nos processos produtivos, em prol de um alimento saudável, são acompanhadas por uma grande massa de consumidores que buscam alimentos saudáveis, ecológicos ou orgânicos, mas, para além disso, indivíduos que procuram se posicionar politicamente em relação a práticas sustentáveis e de um novo programa societário. Em uma construção, que adentra nas discussões sobre a alimentação enquanto ato sociocultural “que pode fortalecer as dimensões da localidade, da artesanidade, da saudabilidade e da convivencialidade” (Neiderle, 2014, p. 81) e que se sustenta na produção de novas interfaces entre agricultores e consumidores.

## 6. Considerações Finais

As reflexões apresentadas propõem um percurso de construção do próprio conceito do alimento. Propõe que esta construção tenha como uma linha central a “*intelligere*” e constrói sua linha teórica para o entendimento do porquê e como a sociedade está se deslocando e transformando “entre escolhas”.

Parte da problematização da mercantilização da terra, do trabalho, do dinheiro, do indivíduo até a construção do conceito de sistema-mundo. Permeia os atores dos processos de resistência, de resiliência e aponta a centralidade do alimento em toda esta construção.

Contextualiza a fortaleza da agricultura familiar e sua determinante participação na temática alimentar ao longo das décadas e, principalmente, neste momento de transformação, de construção de redes, de resgate, das relações sociais, culturais, econômicas e produtivas, em especial com base na territorialidade e localidade. Por fim, a reflexão responde à problemática aqui proposta e coloca a temática alimentar no centro dos processos de desenvolvimento, remetendo aos indivíduos, suas relações e construções pessoais, sociais, institucionais, a oportunidade de configurar os cenários futuros da vida dos ecossistemas, com suas liberdades substantivas e responsabilidades coletivas.

A evolução e perspectivas apontadas pelo estudo evidenciam a necessidade de constantes pesquisas que possam entrelaçar a questão desenvolvimento e o alimento, vista sua evidente relação nas construções sociais, econômicas, ambientais e culturais. Outro apontamento está na necessidade de estudos qualitativos e quantitativos que possam mensurar, qualificar e debater o poder de escolha individual, suas implicações no coletivo e os elementos que compõem a persuasão e/ou liberdade neste processo, bem como suas consequências na formação das dimensões já citadas.

## Referências

- Abramovay, R. (2004). Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. *Tempo social*, 16(2), 35-64.
- Abramovay, R. (1998). Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. *Reforma Agrária*, 28(1), p. 2.
- Abramovay, R. (1992). *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas, HUCITEC/ANPOCS/Ed. da UNICAMP. 275p.
- Acco, M. A. (2018). Os Estados, o sistema-mundo capitalista e o sistema interestatal: uma leitura crítica das contribuições de Immanuel Wallerstein. *Brazilian Journal of Political Economy*, 38(4), p. 708-730. <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572018000400708&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572018000400708&lng=pt&tlng=pt)>.
- Alves, N. R. F., et al. (2022). Contribuições das plantas medicinais e uso de chás no ensino de química orgânica: revisão narrativa de literatura. *Brazilian Journal of Development*, 8(4), 26369-26387.
- Brasil (2006). *Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais*. Brasília: Casa Civil.
- Bugra, A., & Agartan, K. (org.) (2007). *Reading Karl Polanyi for the Twenty-First Century: Market Economy as a Political Project*. Oxford: Palgrave Macmillan.
- Burawoy, M., & Wright, E. O. (2000). *Sociological Marxism*. Versão 3.0, p. 53.
- Castro-Gómez, S. (2005). Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, p. 87-95.
- Collier, P. (2020). New geographies and possible futures. (<https://terramadresalonedelgusto.com/en/>) palestra proferida em 17 de outubro de 2020.
- Filgueiras, L. (2018). Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual. *Caderno CRH*, 31(84), p. 16.
- Felicio, M. J. (1994). Os camponeses, os agricultores familiares paradigmas em questão. – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. Geografia – 15(1), jan./jun. RIEDMAN, J. *Identidade cultural e processo global*. v. 31. Sage.
- Friedmann, H., & McMichael, P. (1989). The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia ruralis*, 29(2), 93-117.
- Granovetter, M. (1985). Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. *American Journal of Sociology*, 91(3), 481-510. [www.jstor.org/stable/2780199](http://www.jstor.org/stable/2780199).
- Ianni, O. (2000). O declínio do Brasil-nação. *Estudos avançados*, 14(40), p. 51-58. [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142000000300006&script=sci\\_arttext&tlng=es](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142000000300006&script=sci_arttext&tlng=es)
- Jean, B. (1994). A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. *Cadernos de Sociologia*, 6, 51-75.
- Kautsky, K. (1986). *A questão agrária*. Nova Cultural.
- Linares, A. G. (2019). *Tensões Criativas da Revolução*. Ed. Expressão popular: São Paulo, p. 100. 2019.
- Machado, P. P., et al. (2016). O indigesto sistema do alimento mercadoria. *Saúde e Sociedade*, 25(2), 505-515. <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902016000200505&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902016000200505&lng=pt&tlng=pt)>
- Maluf, R. S. P. (2015). *Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil*. Organizadores Catia Grisa [e] Sergio Schneider: Editora da UFRGS.
- McMichael, P. (2016) Regimes Alimentares e Questões Agrárias. *Estudos camponeses e Mudança Agrária*. UNESP, UFRGS, n.1.
- Neto, S. C., & De Souza, R. S. (2016). *Rural extension epistemology and the time of total extension*. 21, 24.
- Niederle, P. A. (2018). *As novas ordens alimentares*. UFRGS Editora.
- Plein, C. (2016). *Desenvolvimento, mercados e agricultura familiar: uma abordagem institucional da pobreza rural*. CRV.
- Polanyi, K. (1976). La economía como actividad institucionalizada. In: Polanyi, Karl; Arensberg, Conrad M.; Pearson, Harry W. (Ed.). *Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos*. Capítulo XIII, p.289-316. Barcelona: Labor Universitaria.
- Polanyi, K. (1978). A nossa obsoleta mentalidade mercantil. *Revista Trimestral de Histórias e Ideias*: (1), 77.
- Polanyi, K. (2000). *A grande transformação*. Campus.
- Portilho, F. (2009). Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. *Política & Sociedade*, 8(15), 199-224.
- Rial, C. (2010). As práticas alimentares e suas interpretações. In: Guivant, J., Spaargaren, G., Rial, C. (Orgs.) *Novas práticas alimentares no mercado global*. Florianópolis: UFSC, p. 107-130.
- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta paulista de enfermagem*, 20(2).
- Schmitt, C. J. (2011). Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. *Agriculturas*, 8(3), 1-8. <http://aspta.org.br/files/2019/10/editor-convidado-3.pdf>
- Schneider, S., & Escher, F. (2011). A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. *Sociologias*. SEER, 13(27), p. 180-219.

Schneider, S. (2003). *A pluriatividade na agricultura*. UFRGS.

Sen, A. (1988). Freedom of choice: Concept and content. *European Economic Review*. 32(2-3), 269-294. <https://EconPapers.repec.org/RePEc:eee:ecrev:v:32:y:1988:i:2-3:p:269-294>

Sen, A. (1983). Development: Which Way Now? *The Economic Journal*, 93(372), 745-762.

Silva, J. G., & Tavares, L. (2015). Segurança alimentar e a alta dos preços dos alimentos: oportunidades e desafios. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 15(1), 62-75. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/1825>

Stassart, P. M. (2010). Proceedings of the International Conference. *The Potential of Agroecology*. To Contribute to the ecological Transition in Agriculture.

Valência, A. S. (2019). *Subimperialismo e Dependência na América Latina: o pensamento de Ruy Mauro Marini*. Expressão Popular.

Wanderley, S. (2015). Estudos organizacionais, (des) colonialidade e estudos da dependência: as contribuições da Cepal. *Cadernos EBAPE*. BR, 13(2), 237-255.

Wallerstein, I. (1996). The Rise and Future Demise of World-Systems Analysis. *Annual Meeting of the American Sociological Association*, 16 ago.

Wallerstein, I. (1988). *El Capitalismo Histórico*. Siglo veintiuno.